

O Poder Naval Brasileiro: Tributo à Política de Defesa do Brasil

Gustavo José Baracho de Sousa¹

Resumo

O artigo trata sobre a principal abordagem teórica elegida pela Marinha Brasileira para elaboração da estratégia e para a aquisição de meios navais com fim de atender o que define a política de defesa do Brasil. Por meio de uma análise descritiva de trabalhos obtidos do campo, este estudo encontrou indícios, de que dentro do contexto global atual, a teoria emprestada pela Marinha poderia não ter alcance razoável para países como o Brasil, incitando uma discussão sobre a importância e real objetivo do atual projeto de construção de um submarino à propulsão nuclear no Brasil em cooperação com a França. Além disso, retira impressões, encontradas na literatura, de como a Marinha do Brasil pode garantir a segurança do Atlântico Sul e simultaneamente concorrer para a modernização de sua Esquadra.

Palavras-chave: Estratégia Naval; Atlântico Sul; Política de Defesa.

Resumen

El artículo aborda el principal enfoque teórico elegido por la Marina de Brasil para el establecimiento de la estrategia y la adquisición de los activos navales con el fin de cumplir con lo que define la política de defensa de Brasil. A través de un análisis descriptivos obtenidos del campo, este estudio encontró evidencia de que en el actual contexto mundial, la teoría prestada por la Marina no podía tener poder razonable para países como Brasil, lo que provocó una discusión de la importancia y el objetivo real el proyecto actual de la construcción de un submarino de propulsión nuclear en Brasil en cooperación con Francia. También, cortar las impresiones, que se encuentran en la literatura, de la forma en la Marina de Brasil puede garantizar la seguridad del Atlántico Sur y contribuir al mismo tiempo a la modernización de su flota.

Palabras clave: Estrategia Naval; Atlántico Sur; Política de Defensa.

Introdução

Sir Julian Corbett, no começo do século XX, apresentava o segmento marítimo do poder militar como fundamental para apoiar os eventos militares em terra, posicionando a estratégia naval como parte integrante da Estratégia Marítima. Contudo, *Alfred Thayer Mahan*, no final do século XIX, já defendia o poder naval como de vital importância para a prosperidade nacional, acrescentando que a

¹ Doutorando em administração pela EBAPE/FGV. Mestre em ciências militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

superioridade naval era essencial para a proteção dos interesses da nação. Este trabalho tem a tarefa de provocar um debate sobre os conceitos que regem a elaboração da estratégia marítima e naval do Brasil, bem como suas consequências para a Grande Estratégia Brasileira. Para isso, a primeira parte situa-se no debate sobre as principais correntes do pensamento clássico que influenciaram e ainda influenciam a elaboração da estratégia marítima e naval no Brasil. Na segunda parte será discutida a influência dessas correntes de pensamento na cultura da Marinha Brasileira, que unida às intrincadas relações civis e militares trouxe repercussões na elaboração da atual política de defesa, como a inversão da ordem hierárquica dos componentes da guerra: política, estratégia e tática. A concepção estratégia para a aquisição de submarino à propulsão nuclear para o Brasil teria coerência com os postulados teóricos de *Clausewitz*, seguindo a ordem dos componentes da guerra? Ou a sua necessidade seria fruto de outros interesses distintos aos da defesa?

Na terceira parte, trazemos ao debate o ambicioso projeto da Marinha do Brasil, que tenta ombrear sua capacidade naval com a das grandes potências mundiais. Em seguida, serão discutidas outras abordagens de emprego do poder naval sob a forma de cooperação com outras marinhas. No fim, uma discussão sobre as influências teóricas na elaboração da estratégia naval brasileira e sugestões de aprimoramento do emprego do segmento marítimo do poder militar brasileiro.

O Poder Naval pela perspectiva de Mahan e Corbett

A teoria que trata do emprego do poder naval foi desenvolvida no final do século XIX e início do século XX por dois pensadores clássicos da estratégia marítima e naval, o americano *Alfred Thayer Mahan* e o britânico *Sir Julian Stafford Corbett*. Ambos eram profundos estudiosos da história naval e, portanto, toda a teoria elaborada pelos dois reuniram robustos fundamentos empíricos. Respectivamente, seus mais famosos trabalhos literários foram “*The Influence of Sea Power upon History*” e “*Some Principles of Maritime Strategy*”.

Apesar de serem contemporâneos, estudarem realidades semelhantes e se inspirarem em teóricos clássicos da estratégia terrestre a teoria desenvolvida por um e outro divergia profundamente no que se refere o emprego do poder naval em tributo ao poder nacional.

Mahan, antes da fama era um desconhecido Capitão-de-Mar-e-Guerra da Marinha dos Estados Unidos, somente após a sua retirada do serviço ativo que eclodiu como brilhante historiador e estrategista (CROWL, 2001).

Corbett iniciou sua carreira como advogado. Logo após obter sua licenciatura como primeiro da classe, passou a se dedicar à literatura romântica da época e a editar livros, posteriormente deu seu primeiro passo aos estudos sobre história naval, elaborando um volume sobre a guerra espanhola de 1585.

Mahan acreditava que os fundamentos da estratégia naval estariam ligados ao campo econômico, pois o comércio marítimo era vital para a prosperidade nacional, assim, a superioridade naval seria essencial para a proteção dos interesses da nação. Vivia-se na plenitude do liberalismo econômico e *Mahan* aproveitou para criar uma relação entre poder marítimo e o livre comércio, inserindo o poder naval na grande estratégia (STRACHAN, 2013).

Entretanto, *Julian Corbett* colocou a estratégia naval no pacote do pensamento clássico estratégico marítimo, considerando que o poder marítimo seria significativo quando afetasse os eventos em terra. Assim, a estratégia naval seria parte da estratégia marítima, ou seja, a esquadra poderia ser movimentada quando a estratégia marítima determinasse qual parte dessa esquadra seria necessária para atuar em proveito das forças terrestres. Em outras palavras, para *Corbett*, seria impossível uma ação naval isolada definir os rumos de uma guerra (STRACHAN, 2013).

Diferente de *Corbett*, *Mahan*, com menos originalidade, foi severamente influenciado pelos clássicos da estratégia terrestre, principalmente por *Jomini* (HANDEL, 2000). A mais relevante analogia que *Mahan* mantinha com *Jomini* era a da concentração estratégica, em outras palavras representava a reunião de máximo poder naval para engajar oportunamente o inimigo num ponto decisivo e com o máximo de vigor, além de outras ideias, como dividir o inimigo para destruí-lo por partes, dando origem a máxima de *Mahan* “nunca divida a frota” (CROWL, 2001). Para *Corbett* a concentração de força naval não era princípio fundamental, a força naval inferiorizada poderia se dispersar, afastando-se da sua oponente (HANDEL, 2000).

Na visão de *Corbett* a concentração enfraquece a capacidade que a marinha tem de proteger as rotas marítimas e de comunicações, causando um conflito

contínuo entre coesão e proteção. Em outras palavras, a concentração de força para garantir uma ação decisiva expõe o comércio ao ataque esporádico das forças adversárias. A concentração de meios não somente leva o oponente a evitar a batalha como também lhe oferece oportunidade para atacar as linhas comerciais expostas. *Corbett* também argumentava que a concentração denunciava as intenções e facilitava, ao inimigo, o acompanhamento do movimento da grande massa de força, violando o princípio da surpresa deixado por *Sun Tzu* (HANDEL, 2000).

Mahan sustentava que o mercado marítimo seria vital para a prosperidade nacional e, conseqüentemente, a superioridade naval seria necessária para a proteção dos interesses da nação. A estratégia naval teria papel fundamental na paz e na guerra, aliás, na sua visão, o poder do mar não tinha tanta relação com a guerra (STRACHAN, 2013). O domínio do mar, por meio da superioridade naval, combinado com o conceito da manutenção das rotas comerciais, em posses ultramarinas, garantiria acesso ao privilegiado mercado internacional, culminando na riqueza da nação.

As vitórias inglesas sobre a França no período de 1688 a 1815, sem dúvida, contaram com pesada influência da superioridade naval inglesa, entretanto as operações militares no território europeu e os sucessos diplomáticos que equilibraram o poder contra a França, por meio de alianças e coalizões, foram alguns fatores que *Mahan* negligenciou em sua análise ou por simplificação ou por omissão (CROWL, 2001).

De acordo com *Corbett*, os estrategistas navais deveriam aceitar o fato de que a guerra no mar não seria um jogo de soma zero, uma vez que raramente se obteria o comando total do mar (HANDEL, 2000). O objetivo da guerra naval era assegurar o comando do mar em determinado tempo e espaço ou negá-lo ao seu inimigo, contrariando os conceitos de *Mahan* sobre o domínio absoluto do mar.

O comando do mar deveria especificamente se limitar ao controle das vias de comunicação marítimas com fins comerciais e militares e para isso *Corbett* deu importância às missões de patrulhamento nessas vias, para captura de navios inimigos, e o bloqueio naval, deixando grande contribuição para o estudo da estratégia com a ideia da guerra limitada.

Os poucos recursos e a imensidão do império britânico levaram *Corbett* a pensar que não seria possível fazer o uso de todos os recursos disponíveis, independente do custo, diferente da forma endossada por *Clausewitz*, sua principal inspiração, compartilhando com *Sun Tzu* a crença na abordagem indireta e na guerra limitada como opção menos impactante para o Estado. *Corbett* tinha os pés no chão, não era um estrategista romântico, muito pelo contrário, sua tese era baseada em cálculos puramente racionais, muito diferente da genialidade de alguns militares como Napoleão, Almirante Nelson e outros (HANDEL, 2000).

Entretanto, os conceitos de *Mahan*, de que o poder naval deveria ser estrategicamente dominante no mundo moderno, foram rapidamente adotados pelas grandes potências, levando a um modelo empírico que aspirava pela superioridade marítima (YOSHIHARA e HOLMES, 2006).

A influência das ideias de *Mahan* extrapolou o círculo dos oficiais da Marinha Americana, tendo grande aceitação na esfera política. A preocupação com o domínio do mar para garantir bons mercados ainda tem boa receptividade pelas grandes potências após mais de 100 anos, justamente por ainda se considerar a navegação como a forma mais eficiente para transporte de mercadorias (CROPSEY e MILIKHA, 2012).

Ocorre que o domínio do mar tem um custo elevado que poucos Estados, ou melhor, somente a Inglaterra e, depois, os Estados Unidos, cada um em sua época, poderiam assegurar. Em outras palavras, a teoria de *Mahan* não tem alcance para todas as marinhas do mundo, ou melhor, pode-se afirmar que para quase nenhuma.

A apologia ao poder naval e sua importância para a riqueza dos Estados Unidos e as repercussões de seu pensamento na política externa do estado americano forçou *Mahan* a se tornar um imperialista a fim de promover a inovação, da obsoleta, e sem prestígio, Marinha Americana. A teoria de *Mahan* foi a luz no fim do túnel, trazendo a energia que a desprezada *Navy* tanto necessitava (CROWL, 2001). Entretanto, nem todos atirariam a primeira pedra em *Mahan* por ter se tornado um imperialista para salvar a organização que se dedicou durante toda a sua vida, pois, qualquer um que tivesse a semelhante oportunidade certamente faria o mesmo.

Para *Baker* (2012) a teoria provocou um agressivo expansionismo americano em direção às Filipinas, tendo exterminado cerca de um quinto de todos os filipinos. Pela própria natureza, a teoria demanda ação agressiva e deposita enorme custo

sobre o Estado que a adota. Além disso, gera insegurança entre os Estados, concorrendo para a corrida armamentista, como por exemplo, entre os impérios britânico e alemão, contribuindo para o aumento de tensão que desencadeou a Primeira Guerra Mundial.

Sem dúvida, *Corbett* tinha um ponto de vista muito avançado para seu tempo, principalmente quanto aos conceitos de guerra limitada, visando à obtenção da vitória militar com o menor custo possível, em outras palavras, riscos mínimos com o máximo de conquistas, pequenas vitórias que, em sequência, trariam grandes ganhos para o Estado. Tais conceitos remetem ao pensamento neoliberal que correu no mundo no início dos anos de 1980 e que resultou em reformas administrativas em vários Estados.

Além disso, *Corbett* deu ênfase às operações conjuntas e à projeção de poder do mar para a terra, por meio de forças anfíbias, desmistificando o conceito de *Mahan* de que o apoio da Marinha às forças terrestres a subordinaria ao Exército, e com isso a sua verdadeira importância no Poder Militar seria reduzida.

Uma marinha independente era o que esperava *Mahan* e, assim, defendia a liberação da força naval o mais rápido possível após a operação de desembarque para que esta pudesse retomar suas responsabilidades oceânicas no controle das vias marítimas. “A marinha não deve ser um simples ramo do exército, quanto antes deve preponderar sobre a marinha inimiga e assim controlar o mar”. Além disso, *Mahan* desconsiderou a projeção de poder a partir do mar e a interdependência entre as forças armadas, abandonando as operações de desembarque em cabeça-de-praia (CROWL, 2001).

O método comparativo empregado por *Mahan* em seu trabalho concedeu-lhe o status de ciência que logo se fez global, podendo considerar que passou a ser a fonte de inspiração doutrinária para diversas marinhas mundo afora, inclusive para a do Brasil.

A Imperial Armada Brasileira no final do conflito contra o Paraguai, com o apoio do governo, rapidamente reparou os poucos danos sofridos pelas embarcações, e, além disso, investiu em reequipamento, ao ponto do Brasil ter a quarta mais poderosa marinha de guerra do mundo (JANOTTI, 1986). Com total apoio do Império, a Marinha Imperial não se sujeitou subordinar-se ao comando das forças aliadas contra o Paraguai, que foi exercido por Mitre e, posteriormente, por Duque

de Caxias, o que, para muitos analistas do conflito, trouxe sérios transtornos no nível operacional, contribuindo para o prolongamento da guerra (DORATIOTO, 2002). Diante dos fatos, pode-se acreditar que existam indícios de que a abordagem doutrinária da Marinha Brasileira, antes mesmo das publicações, de *Mahan* e da Proclamação da República, seguia o pensamento de *Mahan*.

A influência mahaniana na Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil, analogamente às outras marinhas no mundo, não reuniu grandes experiências em batalhas navais, o que significa que com o passar dos anos a Marinha tem emulado os Estados que passaram por experiências em batalha e, conseqüentemente, sistematizaram suas condutas no mar.

A colonização por uma potência marítima europeia por pouco mais de 300 anos, as influências doutrinárias da Real Armada Inglesa, da Armada do Império Alemão e, posteriormente, da Marinha Americana, consolidaram o pensamento ofensivo expansionista na Armada Brasileira.

A influência de *Mahan* foi muito além das fronteiras dos Estados Unidos, e, por isso não se encontra motivos para refutar a ausência desse pensamento no Brasil, que ao longo da sua história sempre manteve estreita ligação com marinhas de grandes potências imperialistas.

Como organização, ao longo do tempo, a Marinha Brasileira quase sempre se posicionou contrária ao Exército, não somente no campo militar durante o conflito contra o Paraguai, como também no campo político como o visto na 1ª e 2ª revolta da armada, demonstrando indícios do pensamento de *Mahan* da não subordinação da armada a um comando terrestre.

A Marinha deve cumprir três funções fundamentais: função militar, função de policiamento e função diplomática, que é designado por *Speller* (2014) como trindade. A concepção da estratégia naval deve estar alinhada de acordo com a forma do uso do mar pelo Estado, e, com isso, algumas marinhas são empregadas conforme a condução política, enfatizando um aspecto em detrimento de outro, variando de acordo com as circunstâncias do momento. Entretanto, para *Mahan*, as armadas deveriam ter emprego ofensivo, em outras palavras emprego oceânico e não costeiro.

A abordagem ofensiva da Marinha Brasileira impede que se verifique que nas circunstâncias do momento, surja outro caráter de abordagem e, por conseguinte, reduza sua preocupação com o oceano e aumente seus interesses próximos ao litoral. Mas, isso não está ocorrendo.

Com a criação do Ministério da Defesa em 1999, os militares da Marinha criaram obstáculos para a consolidação da nova estrutura burocrática, o conflito centrava-se no debate da Marinha e do Exército sobre a concepção estratégica que deveria ser adotada para atender aos objetivos políticos do Estado. O Exército estabelecia o direcionamento do poder militar voltado principalmente para dentro do território nacional, contrário à Marinha que preconiza a construção de uma força naval de vocação oceânica, tal qual postulava *Mahan* (OLIVEIRA, 2005).

E, desta forma, a concepção da Política de Defesa Nacional de 1996, que seria mais apropriada a uma Marinha de águas marrons, foi radicalmente contestada pela Marinha que visualizava um poder naval que pudesse assegurar o controle das vias marítimas do Atlântico Sul em apoio às ações diplomáticas (OLIVEIRA, 2005). Portanto, acerta *Strachan* (2013) quando afirma que a Marinha sempre preferiu estar à retaguarda da diplomacia que ao lado dos generais.

O pensamento doutrinário naval viu a concepção estratégica de uma Marinha costeira como um retrocesso, pela perda da possibilidade de influenciar o processo decisório da política externa em sua vertente marítima, considerando a tradicional influência diplomática fortemente enraizada na cultura naval brasileira (PEREIRA, 2002).

Posteriormente, a Estratégia Nacional de Defesa de 2008 não confrontou o enraizamento doutrinário tradicionalmente existente nas organizações militares, em especial na Marinha, pois assegurava uma Marinha oceânica para projetar poder além das águas jurisdicionais brasileiras, incluindo a África Ocidental e Meridional e a parte oriental do Atlântico Sul (OLIVEIRA, 2005).

A Estratégia assegurou para a Marinha a oportunidade para aumentar seu alcance geográfico e, por consequência, se reafirmar como Marinha oceânica, representando uma grande vitória político-militar na visão daqueles que defendiam os fundamentos teóricos de *Mahan*.

A Estratégia deu respaldo para aquisição de equipamentos navais próprios para projetar poder além-mar, tais como o porta-aviões e o submarino de propulsão

nuclear, que apesar deste último ser uma arma defensiva pela sua natureza estratégica, também pode servir como instrumento de projeção de poder.

Certamente, poder-se-ia chegar à conclusão de que a opção pela abordagem mahaniana pela Marinha Brasileira, como foi demonstrado até o momento, deveu-se às tradições históricas que se amalgamaram na cultura organizacional da Marinha. Assim sendo, o programa do submarino à propulsão nuclear iniciou-se no fim dos governos militares e, logo após a eleição do ex-presidente Fernando Collor de Melo em 1990, não somente a Marinha como todas as demais organizações militares receberam dramáticos cortes orçamentários, que impactaram negativamente na operacionalidade das forças.

Collor determinou a total retirada de investimentos do programa nuclear da Marinha, que já tinha avançado com o desenvolvimento das centrífugas para enriquecimento de urânio.

Não somente a Marinha como todas as demais organizações militares foram abandonadas pelas elites políticas, pouco tempo depois da cessação dos governos militares, por motivos variados, um deles, argumentou *Pion-Berlin* (2005), que a ausência de ameaças na América do Sul causou o desinteresse pela defesa e seu consequente abandono pela elite política.

Luttwak (1999) sustenta que o instinto de sobrevivência organizacional se manifesta em qualquer burocracia e a possibilidade de desaparecimento da organização a torna propensa à inovação, e assim, qualquer organização militar sob a ameaça do desaparecimento irá procurar atender todos os desafios impostos pelas autoridades civis (AVANT, 1993).

O programa do submarino à propulsão nuclear, abandonado pelo governo por mais de 15 anos, foi desenterrado em 2005, com o apoio do ex-presidente Lula, após quatro Comandos da Marinha que se apresentaram opostos ao projeto do submarino nuclear.

Em meados da década de 1990, o alto comando da Marinha decidiu priorizar outros itens ao perceber que não seria razoável descuidar da manutenção básica da força para privilegiar o ousado projeto do submarino à propulsão nuclear (MARTINS FILHO, 2011).

O apoio do ex-presidente Lula ao submarino à propulsão nuclear deu-se em função de sua intenção em conseguir apoio francês para a concessão de um

assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. E assim, o Brasil assinou um compromisso de cooperação militar com a França, que tinha como objetivo construir no Brasil, quatro submarinos convencionais com casco de submarino nuclear (MARTINS FILHO, 2011).

A oportunidade para obter vantagens políticas no cenário internacional motivou Lula a apoiar o Programa da Marinha. Segundo Martins Filho (2011), o projeto recebeu prioridade independente da abordagem da política de defesa, pois, não estavam em jogo as relações de poder no cenário internacional, e sim os dividendos que o oportunismo tecnológico poderia assegurar.

No início do século XX a desprestigiada Marinha Americana viu a teoria de *Mahan* como a tábua de salvação para promover inovação e aumento estrutural da organização. Semelhante abordagem vem sendo feita pela Marinha Brasileira com vistas a aumentar o seu prestígio junto às elites políticas e evitar o total sucateamento estrutural da organização.

O oportunismo tecnológico de Lula concorreu para dar projeção e destaque para a Marinha, que via o projeto como útil e relevante, mas, por outro lado, sem a orientação de uma estratégia elaborada a partir de uma adequada e coerente política de defesa (MARTINS FILHO, 2011).

Em outras palavras, os investimentos feitos na construção do submarino à propulsão nuclear não estavam alinhados com os objetivos políticos de defesa do Estado Brasileiro até 2008. A partir de 2005 os recursos estavam sendo destinados para a Marinha, pelo governo Lula, com o fim de obter apoio político no cenário internacional. Em outras palavras, primeiro a aquisição do meio, depois a elaboração da política, o que representa uma flagrante inversão da ordem dos componentes da guerra.

Importância do submarino brasileiro à propulsão nuclear

Logo após a Segunda Guerra Mundial o equilíbrio de poder no mundo migrou da Europa para os Estados Unidos e União Soviética, ambos possuidores de armas nucleares com capacidade de destruição planetária. A lembrança da destruição provocada por duas guerras mundiais permaneceu no imaginário das sociedades que começaram a trabalhar com a visão de que outra guerra seria catastrófica e, portanto, deveria ser evitada.

O armamento nuclear passou a ser assunto da política e os militares foram excluídos das comissões de elaboração estratégica. A Guerra Fria, nos anos de 1960, surgiu como alternativa de batalha no mundo bipolarizado (STRACHAN, 2013).

Hew Strachan (2013) em seu livro “The Direction of the War” declara a morte da Estratégia como legado da Guerra Fria, por ter sido apropriada pelos políticos, diplomatas e acadêmicos, ficando distante das proposições da guerra e do pragmatismo dos generais.

O advento da dissuasão nuclear retirou a estratégia da empiria, lançando essa matéria para o mundo das ideias, pois a guerra deveria ser evitada pela sobrevivência da humanidade. A dissuasão nuclear roubou a utilidade e a relevância da estratégia (STRACHAN, 2013).

Em outras palavras, a estratégia elaborada pelos pensadores civis durante a Guerra Fria (dissuasão nuclear) tinha se divorciado da tática (os militares eram a minoria). Assim a condução da guerra passou a ser menos estudada e contar menos com o peso da estratégia (STRACHAN, 2013).

De 1945 a 1990 as esquadras da OTAN patrulharam constantemente os oceanos, exercendo poder global por meio da dissuasão nuclear, assegurada pelas plataformas de lançamento submersas e ocultas pela profundidade das águas. Os submarinos à propulsão nuclear e com armamento nuclear eram os principais meios empregados pelo poder militar para exercer a dissuasão nuclear.

Ou seja, o referido submarino era um equipamento que tinha sido desenvolvido para cumprir suas tarefas em acordo com a estratégia nuclear adotada durante a Guerra Fria. Eram plataformas de lançamento de mísseis nucleares que por natureza permaneciam submersos por meses, a fim de evitar detecção e produzir a incerteza no adversário.

Os seis Estados que, no momento, possuem submarinos à propulsão nuclear empregam esse equipamento na dissuasão nuclear pela possibilidade de lançar mísseis de cruzeiro com cabeças nucleares de qualquer lugar do planeta, ou seja, o submarino nuclear se constitui em uma base de lançamento de armamento nuclear quase impossível de ser destruído (DE MOURA, 2010).

Como foi abordado anteriormente, o projeto do desenvolvimento do submarino à propulsão nuclear brasileiro ressurgiu no governo de Lula por interesses outros que

não eram de defesa, mas o “jeitinho brasileiro” criou ajustes para a obtenção de respaldo legal.

Portanto, o submarino à propulsão nuclear nunca seguiu uma orientação estratégica, sendo a sua concepção equivocada desde o início, ou seja, o argumento da negação do uso do mar para evitar o conflito armado, é nada mais do que uma adaptação da estratégia da dissuasão nuclear. Por essa razão, pode-se admitir que a importância desse submarino, no caso da posição estratégica e política do Brasil, é a mesma que deva ser dada a outro submarino convencional, pois seu emprego não difere tanto a ponto de não ser reconhecido como proposta de substituição.

A China prioriza a negação do uso do mar por meio do emprego de submarinos convencionais, da aviação e de mísseis de terra nas proximidades da costa, sendo que os seus submarinos à propulsão nuclear são empregados no oceano aberto, ofensivamente por serem dotados com armas nucleares (DE MOURA, 2010).

A ambição em possuir um submarino nuclear, que possui o custo, pelo menos, três vezes maior do que um convencional, talvez tenha impedido a Marinha de considerar os investimentos necessários para desenvolver a tecnologia AIP para os submarinos brasileiros (DANIEL FILHO, 2008). Essa tecnologia de propulsão AIP, desenvolvida pelos alemães, com evolução de casco, permite a navegação até uma profundidade de 400m.

O argumento que a Marinha apresenta para afirmar que o submarino à propulsão nuclear é uma arma estratégica prioritária baseia-se na ideia de que o mesmo reúne a vantagem de não necessitar de reabastecimento constante, e por isso, torna-se de difícil detecção (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1998). Entretanto, a tecnologia AIP deve ser considerada pelo poder naval, por ser um sistema moderno que permite ao submarino vir à tona para recarregar as baterias com menor frequência que os submarinos convencionais a diesel.

Os submarinos sul-coreanos da classe IKL 214, que estão equipados com o AIP, bateram o recorde de permanência submerso para submarinos convencionais (SSK), ficando 19 dias nessas condições. Porém a autonomia é de 50 dias a quatro nós. O tempo de 19 dias submerso a uma velocidade de cinco nós permitiria a navegação de toda a extensão do litoral brasileiro sem vir à tona (DANIEL FILHO, 2008).

Outra questão relevante que deve ser levada em consideração é a quantidade de submarinos convencionais que o Brasil conta atualmente, pois esse dado pode servir como fator de comparação com outros países que dispõem de submarino à propulsão nuclear. Por exemplo, a China possui 53 submarinos convencionais e sete à propulsão nuclear. Ao passo que a Índia conta com, pelo menos, 16 submarinos convencionais e três de propulsão nuclear e o Brasil por sua vez, conta com somente cinco submarinos convencionais. Esse fato levou Daniel Filho (2008) a considerar e criticar a opção pela construção do submarino brasileiro à propulsão nuclear, alegando que o momento não era propício para investir enorme quantidade de capital em um equipamento que a Marinha terá dificuldades financeiras para mantê-lo e operá-lo por vários anos, alegando que seria mais viável investir na fabricação de novos submarinos convencionais com projetos nacionais e tecnologias atualizadas ou tentar a aquisição da classe 214 desenvolvida pela *Howaldtswerke-Deutsche Werft GmbH*, que é um estaleiro alemão que faz parte do grupo empresarial *ThyssenKrupp*.

Existem outras duas considerações que podem fazer parte deste trabalho, mas, pela ocasião não serão aprofundadas, sendo, apenas, citadas como notícia. Primeira consideração: Daniel Filho (2008) afirma que a tecnologia por parte da indústria francesa é questionável e que, por isso, é lamentável o abandono da escola alemã, que produz equipamentos de qualidade bem superior à francesa, em que pese os alemães tenham claudicado em assistência técnica. Segunda consideração: a necessidade de investimento na fabricação de armamentos a serem utilizados nessas embarcações de origem francesa, sem que saibamos quais armamentos.

Creio que, o desenvolvimento e a construção do submarino convencional com tecnologia AIP seria uma solução coerente com a política de defesa, estando também alinhada com a estratégia de defesa do Brasil. Assim sendo, a Marinha do Brasil estaria assegurando o desenvolvimento da doutrina e adquirindo equipamento nacional atualizado e até mesmo adquirindo por meio de transferência tecnológica. Conhecendo as limitações orçamentárias que as organizações militares padecem anualmente, um projeto mais viável financeiramente para o Estado deixaria a Marinha com melhores condições de negociação, em busca de recursos com as elites políticas.

Outra vantagem que se tira do desenvolvimento doutrinário e da adoção do submarino convencional com tecnologia AIP, é a capacidade de barganha que o Brasil passa a contar com seus vizinhos sul-americanos, pois apenas seis desses países possuem submarinos convencionais em sua força naval. Por outro lado, o Brasil poderia compartilhar conhecimentos, criando uma ferramenta facilitadora para a promoção de um programa de cooperação de defesa na América do Sul e no Atlântico Sul.

A cooperação no Atlântico Sul

As tarefas do poder naval em tempos de paz mudaram significativamente nas últimas décadas. As marinhas de guerra que são treinadas para o combate, estão sofrendo uma crescente tendência de emprego em outras complexas atividades de não guerra, para assegurar a continuidade do comércio marítimo. Precisa ser entendido que os conceitos de controle do mar, em tempo de guerra, são distintos dos em tempo de paz (LUKE, 2013).

Luke (2013) argumenta que os teóricos e práticos deveriam repensar sobre quais atividades navais seriam adequadas em tempos de paz, pois as teorias de emprego do poder naval necessitam ser expandidas para incluir os fundamentos e as tendências que distinguem atividades navais em tempos de paz das em tempos de guerra. Considerando que as teorias clássicas orientam o emprego do poder naval em situações de conflito, uma vez que as mesmas foram desenvolvidas a partir do estudo comparativo de fatos históricos, principalmente com a armada inglesa, em combinação com o pensamento militar terrestre.

O comando do mar deveria especificamente limitar-se ao controle das vias de comunicação marítimas com fins comerciais e militares. Para isso, *Corbett* definiu que as missões de patrulhamento nessas vias, para captura de navios inimigos, seriam necessárias, ainda mais pelo surgimento de ameaças nas proximidades do litoral, resultando no envolvimento da Marinha em missões consideradas menos nobres.

As novas ameaças apresentam-se como atividades criminosas que afetam a prosperidade, a estabilidade e a segurança do Estado. Dessa forma, pode se verificar que, pelo mar, surgem variados tipos de atividades ilícitas, como terrorismo

marítimo, pirataria, imigração ilegal, crimes transnacionais e até mesmo ataques ou sabotagem nas redes de comunicação de dados que repousam nos oceanos.

Portanto, as marinhas deparam-se com esses problemas desafiadores e complexos que irão exigir a participação de diversas agências em cooperação. A cada momento se percebe a necessidade de uma conscientização de segurança global no mar para garantir a livre circulação de pessoas e do fluxo comercial. As novas ameaças transnacionais exigem cooperação marítima aos moldes que ocorre no chifre da África.

Para cumprir uma vasta gama de tarefas, o poder naval dos Estados deve atuar em conjunto, combinando seus meios navais em grandes áreas merecedoras de atenção, levando-se em consideração que a maioria dos riscos e das ameaças estará concentrada no litoral. Esses fatos passaram a exigir a existência de forças expedicionárias, surgindo a necessidade de se projetar poder.

Dentro desse enfoque, e por considerar o poder marítimo tão relevante para a economia do país, oficiais da marinha da África do Sul elaboraram um documento alertando o seu país para a necessidade de uma política nacional marítima, defendendo a criação de uma autoridade de coordenação marítima que tivesse como objetivo formular a política marítima (SYNDERCOMBE e OUTROS, 1989).

Já os americanos buscam parcerias, alianças e cooperação para dividir os encargos no mar sofrendo alguma perda do seu poder naval e influência global no mar, contudo, reduzindo sua despesa pública (CROPSEY e MILIKH, 2012).

Por outro lado, o departamento de defesa japonês percebeu a defasagem existente entre planos e os recursos financeiros necessários para a aquisição de equipamentos, levando-se em conta a viabilidade e a sustentabilidade desses equipamentos.

Portanto, a situação no mundo atual difere da época de Mahan, pois a globalização levou vários países a terem interesses mutuamente interconectados e dependentes, onde a cooperação passou a ser o único caminho para preservar suas linhas marítimas, diferente do tradicional pensamento de *Mahan* (YOSHIHARA e HOLMES, 2006).

A soberania do Estado é objetivo nacional indiscutível e a radicalização desse conceito pode dificultar a integração militar. Porém, isso não é a perspectiva para a América do Sul, onde se visualizam grandes possibilidades de cooperação militar no

Atlântico Sul como resultado da diminuição das rivalidades entre Brasil e Argentina e também pela aproximação diplomática com a Venezuela.

A questão pode ser tratada por meio do conceito de Medidas de Confiança Mútua Marítima, que representam as boas intenções do Estado e visam assegurar um ambiente propício para o diálogo e cooperação. As divergências políticas, em algumas ocasiões, até mesmo ideológicas, não se consistem como barreiras para que se construa a cooperação entre as marinhas do Atlântico Sul. Isso pode ser observado pelos intercâmbios nas escolas de estado-maior e no reparo de embarcações estrangeiras por estaleiros brasileiros, comprovando que a cooperação já existe e que precisa de aperfeiçoamento (SILVEIRA, 2010).

Segundo Silveira (2010), já existe um nível satisfatório de entrosamento da Marinha Brasileira com a da Argentina, considerando aberto o canal para o incremento da cooperação, que pode evoluir para uma entidade coletiva de defesa regional. Contudo, não somente as restrições orçamentárias, mas também a vontade política dos governos envolvidos e as fracas relações civis e militares dos países da América do Sul têm sido os fatores impeditivos para o alargamento desse processo.

Silveira (2010) defende que seria relevante, para transpor o primeiro obstáculo, identificar as ameaças comuns para se elaborar uma doutrina de segurança cooperativa, que seria a saída para amenizar os problemas provocados pela restrição orçamentária, com vistas a reduzir as despesas públicas. A cooperação naval provavelmente iria reduzir as incertezas orçamentárias das marinhas, uma vez que os Estados evitam negligenciar seus compromissos internacionais.

Portanto creio que seja mais vantajoso para o Brasil reavaliar o custo benefício do projeto do submarino com propulsão nuclear, dentro da realidade marítima do Atlântico Sul. Porém, há que se considerar, também que o mundo ainda vive em conflito, ou seja, ainda não atingiu a Era Kantiana da paz perpétua. Por outro lado, devemos ter a coragem de abandonar os conceitos imperialistas de Mahan, talvez pendendo para Corbett, considerando que a complexidade dos riscos e ameaças que podem surpreender exige flexibilidade dos meios navais, que dificilmente a Marinha do Brasil terá.

Discussão

Na primeira parte foram abordadas as teorias clássicas sobre o poder naval, tendo sido levantado, na segunda parte, que a Marinha Brasileira, ao longo de sua história, deixou indícios de seu viés mahaniano. Tal abordagem pode não ser mais apropriada, considerando que as operações navais no moderno domínio marítimo globalizado são incrivelmente complexas, e que a atual teoria não tem alcance para operações navais em tempos de paz, precisando ser revista e expandida. Além disso, a atual doutrina brasileira apresenta-se com tendência imperialista e expansionista típica de grandes potências do passado e que não representa a realidade econômica e militar do Brasil atual, talvez menos *Mahan* e mais *Cobertt* deveria ter como abordagem a Marinha Brasileira.

Na penúltima parte, procurou-se argumentar que o submarino convencional com tecnologia AIP seria mais apropriado ao Brasil, por ser mais coerente com as tradições brasileiras nos campos político, econômico, militar e tecnológico, procurando deixar registrado que o submarino à propulsão nuclear é o símbolo máximo da estratégia da dissuasão nuclear, tendo sido adaptado para a nova realidade mundial, e por isso entende-se que não houve concepção estratégica para a adoção da arma, o submarino se impôs a Estratégia de Defesa pelo respaldo de uma política externa completamente desalinhada com a política de defesa (apoio francês à pretensão brasileira de uma cadeira de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU). Além de que, o desenvolvimento desse tipo de equipamento se deu na ocasião das ameaças sofridas na Guerra Fria e, atualmente, tem seu emprego simplificado por uma adaptação tática do poder naval.

O apoio político internacional que o Brasil tanto aspira pode ocorrer por meio de cooperação militar no Atlântico Sul, assunto discutido na última parte deste trabalho, indicando que existe uma demanda para o aperfeiçoamento da cooperação naval, podendo trazer excelentes contribuições na melhoria orçamentária da Marinha do Brasil, ao se criar um compromisso internacional e formal por meio da divisão de tarefas com outras marinhas interessadas no Atlântico Sul, à forma que já pode ser observado no Atlântico Norte.

Referências

- AVANT Deborah. D. *The Institutional Sources of Military Doctrine: Hegemons in Peripheral Wars*. **International Studies Quarterly**, v. 37, n. 4, p. 409-430, 1993.
- BAKER Kevin. *The Prophet of Sea Power*. Military History. Ed March p. 58-65, 2012.
- CLAUSEWITZ Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CORBETT Julian Stafford. **Some Principles of Maritime Strategy**. Longmans, Green, 1918
- CROPSEY Seth; MILIKH Arthur. *Mahan's Naval Strategy: China Learned It. Will America Forget It ?* **World Affairs**. March/April. p. 85-92, 2012.
- CROWL Philip A. *Alfred Thayer Mahan O Historiador Naval*. In: **Construtores da estratégia moderna de Maquiavel a era nuclear**. PARET P. (Org) Tomo 1. Bibliex, 2001.
- DANIEL FILHO José Alves. **Submarinos para a Marinha do Brasil**. UFJF/DEFESA, 2008. Disponível em <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/SMB.pdf>. Acesso em 20/05/2014.
- DE MOURA José Augusto Abreu. *Estratégias Navais e Submarinos*. III Seminário de Estudos: **Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa**. UNIFA p. 273-288, 2010.
- DORATIOTO Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HANDEL Michael I. *Corbett, Clausewitz, and Sun Tzu*. **Naval War College Review**. v. 53 n. 4 (Autumn): p.107-118, 2000.
- JANOTTI Maria de Lourdes Mônico. **Os Subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense. p. 208, 1986.
- LUKE Ivan T. *Naval Operations In Peacetime: Not Just "Warfare Lite"*. **Naval War College Review**. v. 66, n. 2, 2013.
- LUTTWAK E. N. *From Vietnam to desert Fox: Civil-Military relations in modern democracies*. Survival, **Internacional Institute for Strategic Studies**, v. 41, n. 1, p. 99-112. 1999.
- MAHAN Alfred Thayer. **The influence of sea power upon history, 1660-1783**. 12th ed. Boston : Little, Brown. 1918.
- MARTINS FILHO João Roberto O Projeto do Submarino Nuclear Brasileiro. **Contexto Internacional**. v. 33 n. 2. p. 277-314, 2011.
- MINISTÉRIO DA MARINHA. **Submarino de Propulsão Nuclear**. 1998.
- OLIVEIRA Eliézer Rizzo. **Democracia e Defesa Nacional**. Barueri, Manole. 2005
- PEREIRA Mauro César Rodrigues. As Forças Armadas, a Marinha e o Ministério da Defesa: pensamentos e relatos. **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 122, n. 10/12, 2002.
- PION-BERLIN David Seth. Political Management of the Military in Latin America. Military Review, **Latin American Defense Affair** January -February, p.19 -31, 2005.
- SILVEIRA Cláudio de Carvalho. **A formação militar-naval Brasil-Argentina no contexto de cooperação no Atlântico Sul: visões sobre a situação regional**. História (São Paulo), v. 29 n. 2, p. 30-49, 2010.
- SPELLER Ian. **Understanding Naval Warfare**. New York, Routledge, 2014.

SYNDERCOMBE G.; FOUGSTEDT Peter; FURNESS C. J.; HARM R. H. *The Nedd For a National Maritime Policy*. **South African Journal of Military Studies**, v. 19 n. 2, p. 40-46, 1989.

STRACHAN Hew. ***The Direction of War: Contemporary Strategy in Historical Perspective***. New York, N.Y: Cambridge University Press. Kindle Edition, 2013.

YOSHIHARA Toshi; HOLMES James R. *Japanese Maritime Thought: if not Mahan, Who?* **Naval War College Review** v. 59 n. 3 p. 24-51, 2006.

Recebido em Abril de 2015.

Publicado em Julho de 2015.